

O CORPO DE 2013
ESTADO-MAIOR DO
EXÉRCITO PORTUGUÊS:
APOGEU E QUEDA



MILITARES E POLÍTICA: A ABRILADA DE 1961 E A RESISTÊNCIA DO SALAZARISMO

Luís Nuno Rodrigues

| *Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais*

39

Introdução

Na noite de 13 de abril de 1961, a programação normal da televisão portuguesa viu-se interrompida pela transmissão de uma mensagem ao país de Oliveira Salazar, o chefe do governo português há praticamente três décadas. Salazar surgiu perante as câmaras para anunciar e justificar aos portugueses uma remodelação governamental e também algumas mudanças ocorridas ao nível das chefias das Forças Armadas. O Presidente do Conselho de Ministros assumia a pasta da Defesa, adiantando palavras que rapidamente se tornariam célebres: «se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional [...] a explicação concretiza-se numa palavra e essa é Angola [...] Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão [...] a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação»¹.

As palavras de Salazar ecoavam o início da guerra colonial em Angola nos meses anteriores, com os incidentes na Baixa do Cassange, em janeiro, em Luanda, a 4 de fevereiro, e a ofensiva no Norte de Angola, a 15 de março. A situação em Angola e a necessidade de tomar medidas rápidas e eficazes para sustentar a ofensiva dos nacionalistas angolanos, eram as razões apontadas por Salazar para a remodelação governamental e a assunção da pasta da Defesa Nacional. Na realidade, porém, as mudanças em curso tinham causas bem mais profundas. Nesse dia, Oliveira Salazar demitira o ministro da Defesa Nacional, general Júlio Botelho Moniz, o ministro do Exército, coronel Almeida Fernandes e o subsecretário de Estado do Exército, tenente-coronel Costa Gomes. Nas Forças Armadas, o afastamento mais significativo fora o do Chefe do Estado-Maior-General (CEMGFA), general Beleza Ferraz. Mas

■ *Artigo elaborado no âmbito do projeto «O Corpo do Estado Maior do Exército Português: apogeu e queda» (PTDC/HIS-HIS/102382/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e desenvolvido no Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.*

¹ Cit. por Nogueira, Franco (1984), *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 244-245.

as razões que motivavam a demissão destes oficiais apenas indiretamente estavam ligadas à situação em Angola. Os homens agora afastados tinham acabado de protagonizar uma tentativa de golpe de Estado com o objetivo de derrubar não apenas o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, como o próprio Presidente da República, Américo Tomás. Fora a chamada «Abrilada de 1961», a última tentativa significativa de intervenção militar na vida política portuguesa antes de 1974 e, na sua fase derradeira, uma tentativa de promover um verdadeiro golpe de Estado, com o afastamento dos dois principais responsáveis políticos do país.

Os reformistas do Corpo de Estado-Maior no governo

Na origem da Abrilada de 1961 encontram-se o descontentamento e as preocupações de uma parte muito significativa da hierarquia militar portuguesa quanto ao modo como estavam organizadas e preparadas as Forças Armadas, quer na metrópole, quer nas colónias. Ocupando postos chave a nível político e militar desde a remodelação ministerial de agosto de 1958, um grupo de homens, no qual se distinguiam os já referidos Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes, foi constatando, ao longo dos anos, a impossibilidade de pôr em prática um conjunto de reformas consideradas essenciais não apenas para a reorganização da instituição militar, como também para o próprio regime poder lidar com os novos desafios que se adivinhavam em termos coloniais. Assim, apesar de a origem mais direta do movimento conspirativo que culminou na Abrilada se poder situar numa reunião do Conselho Superior Militar que teve lugar nos primeiros meses de 1961, o significado profundo do episódio não poderá ser devidamente entendido se não recuarmos pelo menos a agosto de 1958 quando, no rescaldo das eleições presidenciais desse ano, os homens acima referidos passaram a ocupar importantes posições no governo liderado por Oliveira Salazar.

Ao chegarem ao governo, os militares «reformistas» constataram, de imediato, aquilo que Almeida Fernandes definiu como o estado de «total ineficiência em que se encontrava o nosso Exército». Essa ineficiência, adiantava o novo ministro, «traduzia-se em todos os campos», tornando imperiosas reformas «no campo da organização, desde o próprio Ministério do Exército à organização territorial do exército na Metrópole e no Ultramar, cujos conceitos se achavam inteiramente desatualizados»². Era uma situação que, muito naturalmente, chocava homens como Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes, oficiais do corpo de Estado-Maior, que havia

² Almeida Fernandes, «Razão de uma atitude», depoimento reproduzido em Antunes, José Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, Volume I, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 162.

sido reorganizado em 1937, aquando da promulgação das leis de reorganização do Exército, e que constituía uma espécie de «escol» ou de «elite pensante» do Exército português. Para além disso, ao longo da sua carreira, tinham tomado contacto com modelos organizativos e de funcionamento de Forças Armadas de diferentes países. Como salientou o historiador António Telo, eram representantes de «uma nova geração de oficiais» que contava no seu currículo quase sempre com uma passagem mais ou menos longa pelos Estados Unidos da América ou com «um estágio nos órgãos da NATO», instâncias que não só lhes incutem uma «mentalidade bastante mais tecnológica do que a anterior e com um culto anormal da eficácia», como também lhes permitem confirmar «na prática o abismo que existe em relação a Portugal»³.

Não surpreende, assim, que uma vez chegados ao governo estes militares tenham procurado pôr em ação um vasto plano de reformas tendentes a solucionar os problemas encontrados e a dotar as Forças Armadas dos meios, da organização e da eficácia que se pretendia. Na verdade, conforme salientou Costa Gomes, a ideia predominante quando a nova equipa chegou ao governo era a de que estaria iminente uma terceira Guerra Mundial com a sua origem na Europa. Esta opinião era partilhada, por exemplo, pelo anterior ministro da Defesa, Santos Costa que tinha promovido uma reorganização das «forças coloniais» na qual «estava prevista a possibilidade de as províncias de Angola e Moçambique mandarem uma divisão cada uma para combater na Europa, nessa previsível terceira Guerra Mundial». Ora, os novos responsáveis governativos não concordavam com os princípios que enformavam a legislação de Santos Costa, argumentando que a evolução do panorama internacional, marcada pelo conflito do Suez e, acima de tudo, pelo deflagrar da guerra na Argélia, tinha contribuído para «alterar essa mentalidade dominante»⁴.

A 15 de agosto de 1959, o Conselho Superior de Defesa Nacional aprovou mesmo um novo plano de reorganização das forças militares ultramarinas. A ideia fundamental deste novo normativo, salientou o então ministro da Defesa, era a de que Portugal deveria «intensificar o esforço militar no Ultramar, procedendo à remodelação da orgânica militar na Guiné, Angola e Moçambique, de forma a torná-la adequada à guerra subversiva, e atribuindo meios mais apropriados e melhor dotados, em particular, algumas novas unidades militares ou de segurança [...] consideradas indispensáveis

3 Telo, António José (1996), *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 329.

4 Francisco da Costa Gomes, Testemunho Oral reproduzido em Antunes (1995), *A Guerra de África...*, pp. 114-115.

nas regiões fronteiriças ou mais penetráveis»⁵. Conforme concluiu António Telo, os planos agora aprovados representavam uma «mudança oficial da política de defesa»: desde a adesão de Portugal à NATO fora «privilegiada, de forma quase impercetível e algo relutante, uma força essencialmente aeronaval na defesa da Europa além-Pirenéus»; agora, passava «a ser colocada de forma clara a tónica na defesa do império, muito especialmente da Guiné, Angola e Moçambique»⁶.

Tratou-se de uma mudança difícil de assimilar por uma parte significativa da instituição militar, acantonada em torno da figura do antigo ministro da Defesa, Santos Costa, substituído no governo em agosto de 1958 por Botelho Moniz. Na verdade, os militares da linha Santos Costa tinham reagido negativamente ao seu afastamento e à nomeação de Botelho de Moniz, opondo-se agora às mudanças que se pretendia levar a cabo. Mas, acima de tudo, para colocar em prática as reformas pretendidas por Botelho Moniz faltavam os meios financeiros e a vontade política para os despender. Os principais obstáculos vinham quer do ministro das Finanças, quer do próprio chefe do governo, Oliveira Salazar. Este, afirma Fernando Valença, na altura na Secretaria Geral da Defesa Nacional, não só «protelou sistematicamente a instituição dos mecanismos indispensáveis para o efeito» como «deu apoio à pertinaz resistência do Ministério das Finanças em consignar as verbas necessárias», acabando por colocar «as maiores barreiras para concretizar aquelas medidas»⁷.

Das questões militares às questões políticas

A frustração entre os militares começou a crescer. Apesar de todos os esforços desenvolvidos, Costa Gomes reconhece que entre 1958 e 1961 não foram implementadas as medidas sugeridas, cruciais para «prevenir uma guerra no Ultramar»⁸. Este estado de descontentamento agravou-se de sobremaneira devido a um conjunto de acontecimentos que tiveram lugar no início de 1961 e que, aos olhos dos militares envolvidos na Abrilada, apenas vinham dar razão aos seus motivos de queixa e acrescentar um sentido de «urgência» às reformas e às transformações pretendidas pelos chefes militares.

5 Carta de Júlio Botelho Moniz aos ministros do Exército, da Marinha, dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar e aos subsecretários de Estado da Aeronáutica e do Exército, 15 de agosto de 1959, Espólio de Francisco da Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra.

6 Telo, António José (2000), «A Mudança. 1959», in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 33.

7 Valença, Fernando (1976), *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 122.

8 Francisco da Costa Gomes, Testemunho Oral reproduzido em Antunes (1995), *A Guerra de África...*, p. 114.

Entrava-se assim numa nova fase da Abrilada, que podemos situar nos meses de janeiro e fevereiro de 1961. Gradualmente surge a consciência de que se impunham mudanças mais consideráveis. Para que as reformas de cariz militar que defendiam pudessem ser postas em prática era necessário «clarificar o ambiente político». Esta «viragem» na posição dos militares foi particularmente sentida numa reunião do Conselho Superior Militar que teve lugar no final de fevereiro de 1961, ou seja, já depois do assalto ao *Santa Maria* ter colocado Portugal e a ditadura salazarista nas primeiras páginas da imprensa internacional e já depois, também, dos incidentes em Luanda, verificados a 4 de fevereiro de 1961. Nesta reunião, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Albuquerque de Freitas teve uma intervenção marcante, apresentando um memorando no qual desafiava as chefias militares a debaterem a «continuação da vida política em Portugal para além do desaparecimento do atual chefe do Governo». Alertando para os perigos provenientes da situação em Angola, Albuquerque de Freitas considerava ser possível que a «coesão dos militares», verdadeiro sustentáculo do regime, se viesse a «desfazer» sobretudo devido ao «facto de já haver vítimas nos que em África se batem com galhardia e convicção pela causa da Pátria»⁹. De acordo com o testemunho de Costa Gomes, foi nesta reunião, sobretudo devido à intervenção de Albuquerque de Freitas, que «começou a tomar corpo a ideia da necessidade de se proceder, com urgência à reforma de alguns organismos e entidades»¹⁰.

No início de março as piores expectativas pareciam confirmar-se. O embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Charles Elbrick, recebeu instruções do Departamento de Estado para se encontrar com Oliveira Salazar. A sua missão era comunicar-lhe que os Estados Unidos iriam, doravante, alterar a sua relativa «tolerância» para com o colonialismo português e tencionavam votar favoravelmente uma proposta de resolução sobre Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas¹¹. Ainda antes de se encontrar com Salazar, Elbrick almoçou com Botelho Moniz a quem transmitiu o conteúdo das instruções que tinha recebido do Departamento de Estado¹². O embaixador norte-americano considerava necessário que Portugal declarasse na Organização das Nações Unidas que estava «envidando esforços para assegurar o progresso desses territórios aos quais iríamos conceder uma autonomia

9 Memorando do general Albuquerque de Freitas, reproduzido em Valença (1976), *As Forças Armadas e as Crises Nacionais...*, pp. 241-245.

10 Cruzeiro, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 90-91.

11 Foreign Relations of the United States (doravante FRUS), 1961-1963, Volume XIII, pp. 895-897.

12 «Lisbon 564, March 6, 1961». National Archives and Records Administration (doravante NARA), State Department Central Files (doravante SDCF), 1960-63, Caixa 1819.

progressiva no sentido de, num futuro indeterminado, poderem escolher o seu destino». Não era necessário, para já, «falar em prazos» mas o plano poderia desenvolver-se em «dez, vinte ou trinta anos». Os Estados Unidos, por seu turno, «estavam dispostos a conceder auxílio económico generoso para o desenvolvimento de Portugal metropolitano permitindo assim que verbas portuguesas fossem libertadas para o desenvolvimento do Ultramar»¹³.

O ministro da Defesa admitiu a necessidade de «mudanças» na política colonial portuguesa e disse ter pensado longamente sobre o assunto. A solução que lhe parecia mais aconselhável implicava mudanças na estrutura política portuguesa, através da formação de um governo com uma larga base de apoio e com inclusão de «elementos da oposição não comunista». Estas mudanças deveriam ser acompanhadas pela adoção de «reformas drásticas» na política ultramarina. O resultado destas reformas seria «o estabelecimento de províncias autónomas, multirraciais, ligadas a Portugal numa relação de tipo *Commonwealth*». Porém, Botelho Moniz reconhecia também que Portugal não poderia efetuar «mudanças abruptas» na sua política ultramarina e que seria preciso algum tempo para instituir as mencionadas reformas. Muito menos poderia agir e instituir as reformas se transpirasse para o mundo que o estava fazendo sob pressão dos Estados Unidos ou das Nações Unidas¹⁴.

Perante o agravamento da situação em Angola motivado pelos ataques da UPA no dia 15 de março de 1961, o general Botelho Moniz decidiu convocar uma reunião do Conselho Superior do Exército que viria a ter uma importância decisiva no evoluir da «Abrilada». Nesta reunião, Botelho Moniz pôs em destaque «as dificuldades e as resistências encontradas no sentido de se concretizarem as teses sobre a necessidade de modificações profundas na política nacional». Anunciou então que tinha já enviado uma missiva a Oliveira Salazar. Essa carta tinha seguido acompanhada do memorando que Albuquerque de Freitas apresentara na reunião do Conselho Superior Militar de 29 de fevereiro¹⁵.

Nesta missiva, o ministro da Defesa chamava a atenção do Presidente do Conselho para «a gravidade do atual momento político internacional» que «enche de preocupações o país» e ao qual as forças armadas «não podem ser indiferentes». Moniz recordava que, por diversas vezes, tinha já exposto a Salazar «a difícil conjuntura atual» e apontado «medidas pertinentes para se desanuviar a situação». Devido à «gravidade da situação que se adivinhava» era «necessário definir responsabilidades que poderiam representar o aniqui-

13 Lemos, Viana de (1977), *Duas Crises, 1961 e 1974*, Lisboa, Edições Nova Gente, p. 29.

14 «Lisbon 564, March 6, 1961». NARA, SDCF, 1960-63, Caixa 1819.

15 Valença (1976), *As Forças Armadas e as Crises Nacionais...*, pp. 169-170.

lamento total ou a sobrevivência das Forças Armadas, uma vez que a ação política do Governo parecia incapaz de poder fazer face aos acontecimentos».

Nos últimos dias, a situação tinha-se «agravado e deteriorado», pelo que se tornava indispensável «um choque psicológico de envergadura» com o intuito de «desanuviar o ambiente político nacional e o pesado clima internacional». Em termos políticos, o ministro da Defesa julgava que «o quadro político da atual situação» era «muito estreito» e que se tinha «sucessivamente apertado, estando hoje confinado a valores políticos gastos e, em muitos casos, sem idoneidade moral bastante que se imponha». Era necessário alargar «o âmbito da cooperação ao maior número dos que acima de tudo querem servir o país». Impunha-se, por conseguinte, «chamar ao tablado político valores novos e outros, experimentados sim, mas indiferentes ou mesmo inconformistas por terem perdido a fé».

No caso específico das Forças Armadas, Botelho Moniz considerava que a situação era «angustiosa», caminhando-se para «uma situação insustentável, onde poderemos ficar à mercê de um ataque frontal, com forças dispersas por quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar». Era agora imperioso tomar as medidas adequadas para que «se não desagregue a coesão das forças armadas, a última força que pode impedir que a Nação caia no caos e na irresponsabilidade»¹⁶.

Após receber a carta, Oliveira Salazar decidiu encontrar-se com Botelho Moniz, o que sucedeu por duas vezes, nos dias 28 e 29 de março. A carta do ministro da Defesa foi o tema dominante das conversas. Viana de Lemos, oficial do gabinete do ministro, recorda-se que Botelho Moniz regressou da primeira reunião «cansado mas sorridente», julgando ter «convencido» Oliveira Salazar da gravidade da situação. Porém, Moniz e Lemos souberam nessa mesma noite que «alguns partidários mais influentes do regime» tinham pressionado fortemente o Presidente do Conselho. Consequentemente, «no dia seguinte, a conversa [...] foi mais dura» e Botelho Moniz considerava que «a porta se estava fechando novamente»¹⁷.

Golpe de Estado

Os militares não conseguiam persuadir Oliveira Salazar da necessidade de mudanças a nível militar e, também, a nível político. A Abrilada entrava

¹⁶ Carta de Botelho Moniz a Oliveira Salazar, Espólio de Francisco da Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra.

¹⁷ Lemos (1977), *Dois Crises, 1961 e 1974*, p. 44.

assim na sua última fase, em que o grupo militar reformista decidiu avançar, num primeiro momento, para um golpe de estado constitucional com o intuito de convencer o Presidente da República a afastar Oliveira Salazar e, num segundo momento, quando se tornou claro que Américo Tomás não o faria, para um «pronunciamento militar» que conduzisse ao afastamento dos dois governantes.

A seguir às conversas de Botelho Moniz com Salazar, começaram a exercer-se pressões cada vez maiores sobre o chefe do governo para que este agisse. Neste contexto, assumiu especial relevo o papel desempenhado pelo antigo ministro da Defesa, Santos Costa. Numa carta enviada a Salazar a 3 de abril de 1961, Santos Costa alertou o Presidente do Conselho para a gravidade da situação em Angola, acusando os atuais responsáveis governativos de «inépcia», «inconsciência» e «irresponsabilidade», acabando por conduzir o país a uma «catástrofe». Recomendou-lhe, depois, um reforço em larga escala do pessoal militar em Angola e também em Moçambique. Era chegada a altura de se deixar de «brincar aos militares, como nestes últimos tempos se tem feito». De nada serviam «os homens que às pinguinhas vamos pondo em Luanda por via aérea». Era necessário, «urgentemente», colocar em Angola «10 000 homens devidamente organizados, armados e comandados» e «ainda ter prontos aqui para seguirem para Moçambique à primeira voz, outros 10 000». Só assim seria possível «salvar Portugal»¹⁸.

Três dias depois, Santos Costa enviou uma segunda missiva a Salazar na qual o acusava de, após a sua saída do governo, ter deixado «esfrangalhar» a sua reorganização militar com o «magnífico resultado que se está vendo». Ora, eram os conceitos presentes nessa reorganização militar que importava retomar, pois era «um perigo praticar em África a disseminação dos efetivos militares, pulverizar e reduzir a nada em áreas imensas e a centenas de quilómetros de distância, as forças da defesa». Em África, acrescentava Santos Costa, era necessário «fazer uma guerra de massas e não uma guerra técnica». Por isso, o Presidente do Conselho não podia «pactuar com os negativistas, com os incompetentes, com os pusilânimes, quem sabe se com os vendilhões do templo». Dirigindo-se diretamente a Salazar, Santos Costa afirmava:

«Vossa Excelência tem que assumir as suas responsabilidades plenas, tem que determinar, tem que exigir, tem que forçar o imediato envio para Angola de 10 a 12 000 homens que constituam

¹⁸ Carta de Santos Costa a Oliveira Salazar, 3 de abril de 1961, in Cruz, Manuel Braga da, org. (1994), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, Lisboa, Verbo, p. 81.

um corpo seriamente organizado em todos os graus da hierarquia e dotado dos elementos de combate indispensáveis que não nos faltam porque os possuímos [...] Não tem que se contentar com ‘sugerir’, mas sim que ordenar; ‘eu quero’, ‘eu exijo’, ‘eu determino’. Tudo em nome da Nação»¹⁹.

Entretanto, perante a ausência de qualquer resposta por parte de Salazar, Botelho Moniz solicitou uma audiência com o Presidente da República. No dia 5 de abril, teve oportunidade de expor a Américo Tomás os argumentos anteriormente apresentados ao chefe do governo e de lhe manifestar a opinião de que, provavelmente, Oliveira Salazar teria de ser afastado da presidência do Conselho. Mas a reação do Presidente às propostas de Moniz esteve também longe de satisfazer as suas expectativas. O ministro da Defesa decidiu pedir uma segunda audiência a Américo Tomás, na qual procuraria convencer o Presidente da República de que deveria «neutralizar» ou «demitir» Salazar e nomear um novo Presidente do Conselho. Se esta aproximação falhasse, Moniz estava preparado para informar Tomás que as Forças Armadas iriam assumir o controlo do país, apoiando um novo governo, com uma base política de apoio «alargada», chefiado por Marcelo Caetano ou por Pinto Barbosa. À embaixada americana, o ministro da Defesa pediu apoio no sentido de convencer o governo dos Estados Unidos a não efetuar qualquer declaração pública sobre Portugal nos próximos dias. Moniz receava que qualquer atitude do governo americano, ou mesmo da embaixada, relacionada com o problema colonial português pudesse dar azo a manifestações «antiamericanas» que só beneficiariam Salazar e que poderiam dificultar o golpe de Estado que estava em preparação²⁰.

A conspiração estava agora em marcha: a 9 de abril, Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes reuniram-se com o comandante e o segundo comandante da Região Militar de Lisboa para uma «troca de impressões» e para colocar estes oficiais «ao corrente da situação». Ao mesmo tempo, enviaram ao comando da 2.ª Região Militar «instruções para ir pondo diretamente os comandos das respetivas unidades ao corrente da situação»²¹. No dia seguinte, foi o general Silva Domingues, governador militar de Lisboa, que reuniu com os seus «subordinados», sendo «claramente posto o problema da substituição de Oliveira Salazar». Na noite de 10 para 11 de abril, recorda Franco Nogueira, «correm já abertamente nos meios

19 Carta de Santos Costa a Oliveira Salazar, 6 de abril de 1961, in Cruz, org. (1994), *Correspondência de Santos Costa...*, p. 84.

20 «Lisbon 729, April 9, 1961». NA, SDCF, 1960-63, Caixa 1819.

21 Almeida Fernandes, «Razão de uma atitude», p. 176.

políticos os ecos do que se está passando». Deste modo, «amigos pessoais e políticos» de Salazar «acorrem pressurosos e assustados»²².

A 11 de abril, Santos Costa transmitiu a Oliveira Salazar «indicações alarmistas sobre os atos rebeldes e conspiratórios» liderados por Botelho Moniz, apresentando-lhe «um plano de limpeza na hierarquia militar». Na opinião de Santos Costa, «em face do que se passou ontem no Quartel-General do Governo Militar, eu, na posição de V. Ex.^a imporia ao ministro do Exército a imediata substituição do Governador Militar». Caso o ministro do Exército não concordasse, «substituí-a-o também imediatamente pelo general Gomes de Araújo, dando-lhe como Subsecretário de Estado o brigadeiro Mário Silva, o tenente-coronel Jaime Filipe da Fonseca, ou outro que de acordo com ele o Araújo preferisse». Santos Costa sugeria ainda «a demissão compulsiva de outros militares, como o comandante da 3.^a Região Militar (Tomar) e o comandante da GNR» e apelava a uma «observação cuidadosa dos movimentos do comandante da Guarda Fiscal»²³.

Na noite de 11 de abril, Botelho Moniz e Almeida Fernandes solicitaram a Américo Tomás uma nova audiência com carácter urgente. O Presidente acedeu, mas antes encontrou-se com Oliveira Salazar na sua residência no Restelo. Tomás informou Salazar de todos os «pormenores», explicando-lhe «os motivos da audiência» que se preparava para conceder a Moniz e, ao mesmo tempo, reiterando-lhe «a sua confiança» e avisando-o da «atitude de firmeza que se propõe assumir perante o que prevê serem as exigências do ministro da Defesa». Por último, acentuou-lhe «a necessidade de ação rápida e drástica nos dias, mesmo nas horas que se seguem»²⁴. Depois de colocar Salazar ao corrente das suas intenções, Américo Tomás informou Kaúlza de Arriaga que seria «conveniente tomarem-se, na Força Aérea, algumas medidas de segurança». De imediato, Kaúlza chamou à sua residência o general Mira Delgado que, na altura, substituí-a o CEMFA Albuquerque de Freitas, ausente nos Estados Unidos, e outros generais da Força Aérea. A todos expôs a situação e ordenou que a Força Aérea entrasse de prevenção, sendo a ordem «prontamente executada»²⁵.

Perto das 23 horas, Botelho Moniz e Almeida Fenandes encontraram-se finalmente com o Presidente da República a quem tornaram a salientar a urgência de uma «ampla remodelação ministerial» e a necessidade de refletir

22 Nogueira (1984), *Salazar. Vol. V. A Resistência ...*, pp. 237-238.

23 Faria, Telmo (1999), «golpe de Botelho Moniz», in António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal*, Volume 8, Lisboa, Livraria Figueirinhas, p. 105.

24 Nogueira (1984), *Salazar. Vol. V. A Resistência ...*, pp. 238-239.

25 Arriaga, Kaúlza de (1987), *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, Lisboa, Edições Referendo, p. 208.

sobre se «não teria chegado o momento daquela remodelação abranger também a pessoa do presidente do Conselho» cujas «qualidades» se achavam «muito enfraquecidas». «Infelizmente», acrescentou o ministro do Exército, Salazar não estava já «em condições de poder dar à ação governativa o impulso forte que era exigido pela atual conjuntura nacional e internacional»²⁶. Américo Tomás ficou impressionado com a «espécie de ultimato que indiretamente lhe era posto» e respondeu não estar convencido de que essa fosse «a única solução, nem sequer a solução a dar à situação a que se tinha chegado». Afirmou ainda que a Força Aérea e a Marinha não se tinham «manifestado nesse sentido» e que, mesmo da parte do Exército, «sabia por informações recebidas, não estar todo ele de acordo com tal solução»²⁷.

No dia seguinte, o Presidente da República encontrou-se com Oliveira Salazar, numa reunião que durou mais de duas horas. Salazar tinha agora concluído que «urgia tomar, sem demora, uma resolução, antes da possível eclosão do movimento militar em curso e que parecia iminente». Apresentou então ao Presidente da República um conjunto de mudanças que se propunha efetuar ao nível político e militar, comunicando-lhe que pretendia assumir a pasta da Defesa. Tomás mostrou-se de acordo e ficou decidido que na manhã seguinte seriam publicadas em *Diário do Governo* as exonerações dos ministros da Defesa e do Exército e do subsecretário de Estado do Exército²⁸.

13 de abril: «os senhores andam para aí a conspirar...»

O dia 13 de abril de 1961 viria a revelar-se decisivo. Pressentindo o perigo e o desenlace da conspiração, os defensores do regime passaram à ação. De pronto, Kaúlza de Arriaga chamou ao seu gabinete o chefe da Casa Militar do Presidente da República e também Sollari Allegro, da presidência do Conselho. A ambos expôs a situação e solicitou que «transmitissem urgentemente» a Américo Tomás e a Oliveira Salazar que se tornava «imperioso» agir logo ao «começo da tarde» e demitir Botelho Moniz, Almeida Fernandes, Costa Gomes e Beleza Ferraz. Se tal não sucedesse existia «a maior probabilidade de, após as 17 horas, estarem presos os Presidentes da República e do Conselho de Ministros ou se estar em guerra civil». Kaúlza reuniu-se ainda com o general Gomes de Araújo. Explicou-lhe rapidamente a situação, pedido para que este, assim que fosse nomeado CEMGFA, se dispusesse a «intervir junto dos chefes militares do Exército no sentido de

26 Almeida Fernandes, «Razão de uma atitude», p. 179.

27 Thomaz, Américo (s.d.), *Últimas Décadas de Portugal*, Volume III, Lisboa, Edições Fernando Pereira, p. 91.

28 Thomaz (s.d.), *Últimas Décadas de Portugal...*, pp. 92-93.

evitar que estes comparecessem na reunião das 17 horas com o General Botelho Moniz, que, então, já não deveria ser Ministro da Defesa Nacional»²⁹.

Conforme planeado por Américo Tomás e Oliveira Salazar, ainda durante a manhã de 13 de abril, chegou à residência particular do general Botelho Moniz uma carta do Presidente da República, na qual este afirmava que, «depois de ter ponderado demorada e angustiadamente» nos pedidos que lhe haviam sido endereçados para afastar Oliveira Salazar, decidira, antes pelo contrário, «reiterar» a sua «confiança» no Presidente do Conselho³⁰. Pouco depois, Botelho Moniz e Almeida Fernandes receberiam as suas cartas de demissão, assinadas por Oliveira Salazar³¹.

O regime tinha, por conseguinte, atuado de forma rápida e decisiva. Sabendo de antemão da reunião planeada para a tarde de 13 de abril e com as principais decisões tomadas na véspera, Salazar antecipara-se e, de manhã, comunicara aos responsáveis pela Abrilada a sua demissão. O general Botelho Moniz, porém, persistiu no seu plano. Era chegada a hora das grandes decisões. Como recorda Costa Gomes, uma vez que Américo Tomás não tinha «aceite as recomendações» de Botelho Moniz foi convocada uma reunião, «preparatória de um golpe militar onde se destituiria o presidente do Conselho e, talvez também, o Presidente da República»³².

Esta reunião teve lugar no Palácio da Cova da Moura, sendo dirigida pelo próprio ministro da Defesa Nacional. Presente estava o antigo Presidente da República, marechal Craveiro Lopes, que, segundo Costa Gomes, «estava de alma e coração connosco»³³. Era com a figura de Craveiro Lopes que os «abrilistas» contavam para substituir Américo Tomás. Para além disso, escreve Franco Nogueira, «sabe-se por Lisboa, em meios políticos restritos, a notícia de que Moniz, para o caso de ser obtida a demissão de Salazar, conta com a conivência e a cooperação de Marcelo Caetano; mas este apenas passaria a intervir publicamente quando triunfante o golpe militar». Estiveram ainda presentes na reunião Almeida Fernandes, Costa Gomes, Albuquerque de Freitas, Silva Domingues, governador militar de Lisboa, o general Valadares Tavares, comandante da 1ª Região Militar, com Quartel-General no Porto, e um conjunto de outras chefias militares³⁴.

Uma vez mais, o governo tomou a iniciativa, antecipando-se aos «golpistas». Logo às 15 horas, a Emissora Nacional suspendeu a sua programação e

29 Arriaga (1987), *Guerra e Política...*, p. 213.

30 Lemos (1977), *Duas Crises, 1961 e 1974...*, p. 143.

31 Nogueira (1984), *Salazar. Vol. V. A Resistência ...*, pp. 241-242.

32 Cruzeiro (1998), *Costa Gomes...*, p. 96.

33 Cruzeiro (1998), *Costa Gomes...*, p. 96.

34 Lemos (1977), *Duas Crises...*, pp. 46-47.

anunciou as demissões do ministro da Defesa, do ministro e subsecretário de Estado do Exército e do CEMGFA, bem como a nomeação para os respetivos cargos de Oliveira Salazar, do brigadeiro Mário Silva, do tenente-coronel Jaime da Fonseca e do general Gomes de Araújo. Este último, conforme combinado previamente com Kaúlza de Arriaga, «atuou junto dos chefes militares do Exército, tendo, em consequência, a maioria destes desistido de comparecer na reunião das 17 horas». Também o ministro da Marinha tinha proibido os «chefes militares da Armada de comparecerem»³⁵.

Como é óbvio, a partir do momento em que as demissões foram anunciadas ficou quebrada a cadeia de comando e a reunião que se desenrolou constituiu uma «assembleia formalmente ilegítima e sediciosa»³⁶. Por outras palavras, uma reunião conspiratória para promover um golpe de Estado e o derrube do Presidente da República e do Presidente do Conselho. As chefias militares aperceberam-se de que a cadeia de comando estava alterada e que o passo seguinte implicava entrar na «ilegalidade». E foi justamente aqui que se manifestaram as hesitações e que surgiram os recuos. Neste sentido, Albuquerque de Freitas teve uma intervenção decisiva. Perante os participantes na reunião, recordou que «dentro da legalidade» Botelho Moniz já não era o ministro da Defesa e que Almeida Fernandes e Costa Gomes tinham igualmente sido demitidos. Por outro lado, o novo CEMGFA tinha já tomado uma série de providências, não sendo possível contar «com o Estado-Maior do Exército nem com o da Armada; nem tão-pouco com qualquer oficial-general da Força Aérea, salvo ele próprio». Mais do que isso: «não é possível contar com a maioria das unidades; estão firmemente ao lado do governo as corporações militarizadas [...] se se quiser prosseguir no projeto que ali os juntou, haverá que usar a força». O problema maior era que «essa decisão», de recorrer ao uso da força, «está para além de todos os planos» e, «se tomada, teria resultados mais que duvidosos». Por tudo isto, «sem embargo de pessoalmente ter assumido atitude ao lado dos ministros demitidos», Albuquerque de Freitas entendia ser seu dever «renunciar». Na verdade, «não se pretendia um ato de força mas uma ameaça tão esmagadora que por si seria bastante e isso já não era possível»³⁷. A Abrilada fracassara.

Ao fim do dia Salazar recebeu Kaúlza de Arriaga a quem atribuiu um «aspeto de cansado». Kaúlza respondeu que tinha «dormido pouco nas noites anteriores». Salazar replicou: «É natural, os senhores andam para aí a conspirar»³⁸.

35 Arriaga (1987), *Guerra e Política...*, p. 213.

36 Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Volume. VII, O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 535.

37 Nogueira (1984), *Salazar. Vol. V. A Resistência ...*, p. 246.

38 Arriaga (1987), *Guerra e Política...*, p. 214.

Conclusões

52

O fracasso da Abrilada hipotecou as possibilidades de mudança política e de alteração significativa da política colonial portuguesa, numa altura em que tal teria ainda sido possível. Porque falhou então a Abrilada? A resposta pode encontrar-se num conjunto de fatores que explicam que uma conspiração para derrubar Américo Tomás e Oliveira Salazar, liderada pelo ministro da Defesa, pelo ministro do Exército e pelo subsecretário de Estado do Exército e contando, à partida, com o apoio da generalidade dos comandos militares, não tenha resultado.

O primeiro parece ser, sem sombra de dúvida, a falta de vontade e de decisão em avançar para um golpe de força, não-palaciano, que envolvesse deslocação de tropas e, quiçá, eventuais confrontos com unidades que permanecessem fiéis ao governo. Na verdade, para a maioria das chefias militares presentes na reunião decisiva de 13 de abril, o objetivo era promover uma espécie de «pronunciamento» militar que convencesse o Presidente da República a demitir Oliveira Salazar. Era um golpe de Estado constitucional, não um golpe de força. Vale a pena recordar a este respeito as palavras de Albuquerque de Freitas. De acordo com o CEMFA, uma vez conhecidas as demissões dos ministros, para levar a cabo o golpe «era já necessário vir para a rua com tropa e durante algumas horas é natural que viesse a dar-se confusão». Assim, «achei que era de renunciar, pois não era um ato de força que se pretendia nesta altura, mas sim apenas a ameaça fatal»³⁹. Outra posição fundamental, neste sentido, foi a do ministro do Exército, Almeida Fernandes. Na véspera do 13 de abril tinha-se desentendido com Botelho Moniz na presença da Presidente da República confirmando aquilo que tinha garantido a Kaulza de Arriaga: «se Botelho Moniz tentasse um golpe de força [...] não o acompanharia»⁴⁰.

As posições de Albuquerque de Freitas e de Almeida Fernandes são bem exemplificativas do modo como raciocinava a maioria dos chefes militares. Acrescente-se, ainda, o pensamento de Costa Gomes: «não queríamos iniciar um movimento que não contasse com a totalidade das Forças Armadas», caso contrário a guerra civil tornava-se uma possibilidade. E a guerra civil, considera Costa Gomes, é «o processo militar mais cruel e mais duro que conheço». Caso houvesse «qualquer hipótese de o golpe militar degenerar em guerra civil eu não me metia nele» e essa hipótese colocava-se, de facto, uma vez desfeita a «unanimidade inicialmente existente»⁴¹.

39 Carta de Albuquerque de Freitas para Pinto Resende, 16 de abril de 1961, reproduzida em Valença (1976), *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, p. 247.

40 Nogueira (1984), *Salazar. Vol. V. A Resistência...*, p. 238.

41 Cruzeiro (1998), *Costa Gomes...*, pp. 99-100.

Acresce ainda que, como se viu, a fase verdadeiramente decisiva da conspiração ocorreu já em plena guerra colonial em Angola, ou seja, depois dos incidentes de fevereiro, em Luanda, e de março, no Norte do território. Havia já soldados portugueses no terreno e este não era um fator despreciando se levarmos em linha de conta a mentalidade militar e se pensarmos que estamos em presença de chefes militares a quem, certamente, não agradaria transmitir aos seus «homens» um sinal de desorientação, de divisão e até de dúvida sobre a campanha que estava já em curso. Uma vez mais, o pensamento de Albuquerque de Freitas é revelador: «o uso da força e a confusão que se estabelecesse durante os primeiros dias poderiam levar a ações nas províncias ultramarinas [...] com novas vítimas, que seriam debitadas aos que tivessem tomado a responsabilidade do ato de força». Numa carta que dirigiu ao brigadeiro Pinto Resende, comandante da Região Militar de Angola, a 16 de abril de 1961, Albuquerque escreveu: «fique bem esclarecido, Resende: a razão da substituição dos ministros não foi Angola, como anunciou o chefe, mas uma depuração perante a iminência de um golpe de Estado, que não foi por diante [...] só porque os responsáveis pelo uso da força entenderam não o fazer, pensando em vocês, em Moçambique, Guiné, etc.»⁴².

Do lado dos defensores do regime, há que destacar a importância decisiva em todo este processo do Presidente da República. O historiador Medeiros Ferreira salientou já o «papel fundamental» que Américo Tomás desempenhou, «anulando, pela sua ação, toda a decisão política tomada pela instituição militar através dos seus órgãos de definição estratégica». Com efeito, é Tomás «quem aceita os primeiros pedidos de entrevista dos chefes militares [...] quem convoca o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga, e quem permite que este coloque de prevenção a Força Aérea sem nada referir ao Ministro da Defesa, quem fecha a porta a novos contactos com os chefes militares que pretendem a demissão de Salazar, e é, por fim, quem convoca este para lhe reiterar a confiança como Presidente do Conselho». O desfecho da Abrilada e o papel desempenhado por Américo Tomás, vêm chamar a atenção para a importância política e constitucional da figura do Presidente da República. Mais do que isso, para a importância de a chefia do Estado ser preenchida «por um militar que obrigasse os seus antagonistas a colocarem-se de fora da lei». Por aqui passava, sem sombra de dúvida, «o essencial da estratégia salazarista nas suas relações com as Forças Armadas»⁴³.

42 Carta de Albuquerque de Freitas para Pinto Resende, 16 de abril de 1961, reproduzida em Valença (1976), *As Forças Armadas e as Crises Nacionais...*, p. 247.

43 Ferreira, José Medeiros (1992), *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 270.

Em termos operacionais, foi crucial a atitude do subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga, para garantir que, em caso de confronto, as forças leais ao governo estivessem preparadas para intervir. Kaúlza foi também um dos principais conselheiros de Oliveira Salazar ao longo do episódio, acabando por «minar» todo o plano colocando-se contra Botelho Moniz⁴⁴.

Por fim, saliente-se a postura do antigo ministro da Defesa, Santos Costa, afastado do governo em 1958, mas ainda extremamente influente nos círculos militares e, sobretudo, junto de Salazar. As duas missivas enviadas por Santos Costa a Salazar no início de abril constituíram uma espécie de «campanha de alarme». Por um lado, as palavras de Santos Costa são fortemente críticas em relação ao comportamento dos seus sucessores, acusados de «inépcia», «inconsciência» e «irresponsabilidade»; depois, alertam o Presidente do Conselho para a necessidade de colocar «urgentemente» em Angola uma dezena de milhar de soldados, preparados para uma verdadeira «guerra de massa»; por fim, constituem um apelo direto à capacidade de intervenção e de liderança de Salazar. O chefe do governo devia «assumir as suas responsabilidades plenas», não se podendo contentar com «sugerir» mas devendo antes «ordenar»: «eu quero», «eu exijo», «eu determino». Tudo em nome da Nação», concluía Santos Costa⁴⁵.

Uma palavra também para as consequências, de curto e médio prazo, da Abrilada. Desde logo, a ampla remodelação ao nível das estruturas militares e políticas do país, que implicou o afastamento dos seus cargos de todos os principais responsáveis pela tentativa de golpe. O general Botelho Moniz passou à situação de reserva e Almeida Fernandes foi colocado no Estado-Maior do Exército, embora sem funções especificamente atribuídas. Já Costa Gomes foi colocado como comandante militar de Beja, dirigindo, na prática, o Distrito de Recrutamento e Mobilização. Albuquerque de Freitas também solicitou a sua passagem à reserva. Por outro lado, foram nomeados para os substituir «alguns dos fiéis» que, dias antes, Santos Costa havia indicado a Salazar. Foi o caso de Mário Silva, Jaime da Fonseca e Gomes Araújo, «os novos titulares que conjuntamente com Kaúlza de Arriaga constituirão a primeira geração de chefes que iniciará uma nova fase na política de defesa portuguesa, assente numa guerra que só terminará treze anos depois»⁴⁶. Como salientou já o historiador Fernando Rosas, decapitando as forças armadas, Salazar conseguia impor a guerra em África, «mas com isso não viabilizou

44 Cruzeiro (1998), *Costa Gomes. O Último Marechal*, pp. 95-96.

45 Cartas de Santos Costa a Oliveira Salazar, 3 e 6 de abril de 1961, in Cruz, org. (1994), *Correspondência de Santos Costa...*, pp. 81 e 84.

46 Telmo Faria, «golpe de Botelho Moniz», p. 105.

só a sua política colonial – assegurou a fidelidade dos novos comandos ao Estado Novo (e à política de guerra)»⁴⁷.

Deste modo, foi também após o desfecho da Abrilada que se começou a assistir à deslocação em larga escala de forças militares portuguesas para Angola. É importante precisar, porém, que os «derrotados» em abril de 1961 não tinham defendido nos anos anteriores um «desinvestimento» no esforço de defesa das colónias. Muito pelo contrário, parte das suas frustrações provinham da oposição sistemática de Salazar aos seus planos de reorganização – e reforço! – do dispositivo militar ultramarino. Multiplicaram-se então as diligências junto de Salazar, tanto por parte de Botelho Moniz, como por parte de outros responsáveis pelos assuntos militares. A resposta do Presidente do Conselho foi invariavelmente negativa, esbarrando sempre os argumentos dos militares com as limitações financeiras que Salazar evocava para não disponibilizar as verbas necessárias.

A revolta dos homens que protagonizaram a «Abrilada» deve ter sido ainda maior quando, no próprio dia em que conheceram a sua demissão, ouviram Oliveira Salazar, que tantas vezes lhes negara os meios para reforçar com rapidez a presença militar portuguesa em Angola e nas restantes colónias, afirmar na televisão que a sua assunção da pasta da Defesa se justificava pela necessidade de andar «rapidamente e em força» para Angola. Para culminar, poucos dias depois saíram efetivamente de Lisboa os primeiros contingentes, em larga escala, destinados a Luanda: a 19 de abril, por via aérea, e a 21 de abril, por via marítima. No primeiro dia de maio, chegou a Luanda o *Niassa* com o «primeiro grande contingente militar». E em meados deste mês, «as colunas militares destas forças, constituídas por unidades do tipo batalhão e companhia de caçadores, começaram a deslocar-se para Nordeste»⁴⁸. Obviamente, para que estas forças estivessem em estado de prontidão seis dias depois do desfecho da Abrilada todo o esforço de organização, treino e equipamento tinha sido feito durante os meses anteriores. Como notou Fernando Valença, sem as reformas operadas entre 1958 e 1961, o exército português «estaria totalmente incapacitado para o desempenho das difíceis missões que a cega e obstinada política ultramarina dos ‘ultras’ lhe passou a exigir». Mais ainda, muitos dos que agora pretendiam a defesa à *outrance* do império colonial pareciam ter vivido, nos anos anteriores, «alheados ou resistentes, denegrindo tudo o que se procurou então fazer no sentido de dar justificação autêntica ao Exército»⁴⁹.

47 Rosas (1994), *História de Portugal. Volume VII. O Estado Novo (1926-1974)*, p. 536.

48 Afonso, Aniceto e Carlos de Matos Gomes (2000), *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 40-41.

49 Valença (1976), *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 82-83. Ver a este respeito Luís Nuno Rodrigues, «“Preparing for the Next War”: the Portuguese Army Staff Corps and the Military Reforms on

Por outro lado, esta ênfase colocada nas questões militares não significa que, na fase final de todo este processo, a posição de fundo dos «abrilistas» não fosse já algo diferente. Sob o impacto dos acontecimentos do começo de 1961, apesar de continuarem a defender a necessidade de reforço da presença militar portuguesa nas colónias africanas, alguns dos envolvidos começaram também a reconhecer que essa forte presença militar deveria ter como objetivo último permitir às Forças Armadas conquistar o espaço necessário, a janela de oportunidade, para o poder político anunciar uma alteração da situação política nas colónias. O início da guerra em Angola, a pressão internacional e os frequentes contactos com as autoridades americanas em Lisboa fazem com que Botelho Moniz, Costa Gomes e outros comecem a encarar a solução militar como apenas provisória. O caso do subsecretário de Estado do Exército é bem exemplificativo. Costa Gomes reconheceu, *a posteriori*, que os militares envolvidos na tentativa de golpe pretendiam um reforço dos meios militares para que, «depois de conseguida, nos diferentes territórios ultramarinos, uma posição que não fosse de inferioridade em relação às populações locais, [...] elas pudessem, num determinado espaço de tempo, chegar à autodeterminação»⁵⁰.

Costa Gomes foi, aliás, o único dos responsáveis pela Abrilada que ainda esboçou uma reação pública aos eventos de 13 de abril, respondendo, alguns dias depois, a um editorial do *Diário Popular*. Numa carta publicada neste jornal, Costa Gomes refutava críticas vindas a lume de que as medidas militares tomadas para acudir ao problema angolano tinham sido insuficientes. Evocando as suas responsabilidades governativas, considerava que «nunca em época alguma da nossa história se mudou com tanta rapidez, e de forma tão eficiente, a direção do nosso esforço militar, desviando-a da Europa para o Ultramar». Mais importante ainda, salientava que o «problema angolano, como, aliás, o de todas as províncias africanas, não é um problema simples mas um complexo de problemas do qual o militar é uma das partes, que está longe de ser a mais importante»⁵¹.

the eve of the Colonial Wars», *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*: Vol. 37: Iss. 1, Article 6, 2012, Available at: <http://digitalcommons.asphs.net/bsphs/vol37/iss1/6>, pp. 117-129.

⁵⁰ Cruzeiro (1998), *Costa Gomes...*, p. 66.

⁵¹ Gomes, Francisco da Costa (1979), *Sobre Portugal: diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 120-121.

65
2013

DOSSIER

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda

Luís Nuno Rodrigues

Apresentação

Daniel Marcos

A NATO e o Corpo de Estado Maior: implicações para a instrução dos oficiais

João Neves

A refundação do Corpo do Estado-Maior do Exército português no século XX

Luís Nuno Rodrigues

Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo

ESTUDOS

Ana Isabel Buescu

A livraria de D. Teodósio (1510?-1563), duque de Bragança. A sua dimensão numa perspectiva comparada

Célia Reis

A Índia na Câmara dos Deputados: Aspetos económicos e Financeiros. 1885-1910

Diogo Rodrigues

Maia Magalhães: um militar democrático na Grande Guerra e na resistência ao Sidonismo

Fátima Rodrigues

A desmobilização dos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas da Guerra Colonial (1961-1974)

José D'Assunção Barros

Retrodição: Um problema para a reconstrução do tempo histórico

MATERIAIS DA MEMÓRIA

Carlos Maurício

Um longo degelo: a guerra colonial e a descolonização nos ecrãs portugueses (1974-1994). Um inventário

RECENSÕES

APOIOS

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa



CEHC

Centro de Estudos de
História Contemporânea

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
INSTITUTO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO